

Comunicação

Ciência aberta para quem? Desigualdades informacionais e colonialidade dos dados no Sul Global digital

Open Science for Whom? Epistemic Inequalities and Data Coloniality in the Digital Global South

¿Ciencia Abierta para Quién? Desigualdades Epistémicas y Colonialidad de los Datos en el Sur Global Digital

Geovana José

Bacharel em Gestão da Informação

Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7762-6069>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1540566658349989>

E-mail: geovanajose@discente.ufg.br

Rizia Rocha-Silva

Mestrado em Educação Física

Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0071-8111>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6739326575192658>

E-mail: rizia.rocha@ufg.br

Douglas Farias Cordeiro*

Doutorado em Ciências da Computação e Matemática Computacional

Faculdade de Informação e Comunicação

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0071-8111>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5269312530540199>

E-mail: cordeiro@ufg.br

Resumo

O texto “Ciência aberta pra quem?” discute as contradições e as desigualdades estruturais na implementação da ciência aberta no Sul Global. Embora defendida como estratégia para democratizar o conhecimento, a ciência aberta frequentemente ignora desigualdades institucionais, tecnológicas e financeiras, o que limita seu impacto em regiões marginalizadas. Pesquisadores do Sul são frequentemente tratados como fontes de dados, enquanto o protagonismo teórico permanece no Norte, perpetuando a colonialidade dos dados. Barreiras como custos de publicação, restrição de acesso a APIs e ausência de infraestrutura local acentuam a exclusão epistêmica. Mesmo quando os dados são formalmente acessíveis, a falta de ferramentas e de capacitação limita sua utilização efetiva. O *web scraping*, usado como alternativa ao acesso restrito, envolve desafios éticos e metodológicos. A crítica não é ao ideal da ciência aberta, mas à sua aplicação sem considerar as desigualdades históricas. Propõe-se uma ciência aberta baseada em justiça cognitiva, autonomia local e participação equitativa, com fortalecimento de infraestruturas descentralizadas e colaborativas. Para ser verdadeiramente inclusiva, a ciência aberta deve ir além do acesso formal, garantindo condições reais de apropriação e de uso crítico do conhecimento, reconhecendo pesquisadores do Sul como legítimos produtores de saberes, e não apenas fornecedores de dados.

Palavras-chave: Ciência aberta; Desigualdades epistêmicas; Dados digitais; Sul global; Pesquisa; Ciência.

Abstract

The text “Open Science for Whom?” discusses the contradictions and structural inequalities in implementing open science in the Global South. Although promoted as a strategy to democratize knowledge, open science often overlooks institutional, technological, and financial disparities, limiting its impact in marginalized regions. Researchers from the South are frequently treated as data providers, while theoretical leadership remains concentrated in the North, perpetuating data coloniality. Barriers such as high publication costs, restricted API access, and the absence of local infrastructure intensify epistemic exclusion. Even when data are formally accessible, the lack of tools and training hinders effective use. Web scraping, often adopted as an alternative to restricted access, brings ethical and methodological challenges. The critique is not aimed at the ideal of open science but at its application without considering historical inequalities. The proposal is for an open science grounded in cognitive justice, local autonomy, and equitable participation, strengthening decentralized and collaborative infrastructures. To be truly inclusive, open science must go beyond formal access, ensuring real conditions for appropriation and critical use of knowledge, and recognizing Southern researchers as legitimate producers of knowledge, not merely data suppliers.

Keywords: Open science; Epistemic inequalities; Digital data; Global South; Research; Science.

Resumen

El texto «¿Ciencia Abierta para Quién?» analiza las contradicciones y desigualdades estructurales en la implementación de la ciencia abierta en el Sur Global. Aunque se defiende como una estrategia para democratizar el conocimiento, la ciencia abierta a menudo ignora las desigualdades institucionales, tecnológicas y financieras, lo que limita su impacto en las regiones marginadas. Los investigadores del Sur son frecuentemente tratados como proveedores de datos, mientras el protagonismo teórico permanece en el Norte, perpetuando la colonialidad de los datos. Barreras como los altos costos de publicación, el acceso restringido a las API y la ausencia de infraestructura local profundizan la exclusión epistémica. Incluso cuando los datos son formalmente accesibles, la falta de herramientas y capacitación limita su

uso efetivo. El web scraping, empleado como alternativa al acceso restringido, implica desafíos éticos y metodológicos. La crítica no se dirige al ideal de la ciencia abierta, sino a su aplicación sin considerar las desigualdades históricas. Se propone una ciencia abierta basada en la justicia cognitiva, la autonomía local y la participación equitativa, con fortalecimiento de infraestructuras descentralizadas y colaborativas. Para ser verdaderamente inclusiva, la ciencia abierta debe ir más allá del acceso formal, garantizando condiciones reales para la apropiación y el uso crítico del conocimiento, reconociendo a los investigadores del Sur como productores legítimos de saberes y no solo como proveedores de datos.

Palabras clave: Ciencia abierta; Desigualdades epistémicas; Datos digitales; Sur global; Investigación; Ciencia.

1. Introdução

A ciência aberta tem sido amplamente promovida como uma estratégia para ampliar o acesso ao conhecimento científico, por meio da disponibilização de publicações, dados, métodos e ferramentas (Fecher & Friesike, 2013). Documentos como a Recomendação da UNESCO (2021) sobre Ciência Aberta destacam o potencial desse modelo para fomentar a colaboração científica e garantir que o conhecimento financiado com recursos públicos seja acessível. No entanto, a aplicação prática desse ideal em diferentes contextos revela tensões estruturais, sobretudo diante da diversidade de capacidades institucionais, técnicas e políticas entre países (Bezuidenhout & Chakauya, 2018; Dutta et al., 2021). Em regiões do Sul Global, por exemplo, a ciência aberta pode não alcançar plenamente os objetivos que propõe, justamente devido a essas assimetrias estruturais.

A pergunta “ciência aberta pra quem?” abre o debate sobre os limites da aplicação universal de um modelo que pressupõe infraestrutura tecnológica, capacitação técnica e condições institucionais que nem sempre estão igualmente disponíveis em todos os contextos. Pesquisadores críticos têm demonstrado que, apesar de suas intenções democráticas, a ciência aberta pode também reforçar dinâmicas coloniais (Couldry & Mejias, 2019; Sengupta, 2021; Nakamura et al., 2023; Squire & Alozie, 2023; Valente & Grohmann, 2024).

Este artigo é um ensaio teórico-crítico fundamentado em revisão narrativa e análise conceitual de literatura acadêmica recente (2019–2025), documentos normativos e contribuições clássicas sobre injustiça epistêmica, conhecimento situado e bens comuns informacionais. O recorte inclui majoritariamente fontes indexadas, reconhecendo os limites desse critério e as assimetrias que ele pode reproduzir, especialmente no que se refere à visibilidade de vozes do Sul Global. O objetivo não é a exaustividade, mas sim identificar, por meio de uma síntese analítica, mecanismos que conectam abertura formal, barreiras materiais e assimetrias de poder epistêmico, derivando implicações para políticas e modelos de governança. Reconhecemos limitações, como a ausência de metanálises quantitativas e a dependência de casos relatados em contextos desiguais de visibilidade.

2. Colonialidade dos dados e exclusão epistêmica

Abertura sem redistribuição equivale, na prática, à transferência de custos e à reprodução de hierarquias. Quando implementada sobre desigualdades estruturais de infraestrutura, financiamento e legitimidade científica, a ciência aberta pode ultrapassar as barreiras de acesso formal e aprofundar dinâmicas de apropriação e deslocamento de protagonismo intelectual. Sengupta (2021) questiona o ideal de “bem público” associado ao acesso aberto, apontando tensões estruturais relacionadas ao financiamento e à autoria. Nakamura et al. (2023) observam que pesquisadores do Sul Global são rotineiramente tratados como fontes de dados, enquanto o protagonismo teórico permanece no Norte. Couldry e Mejias (2019) descrevem esse fenômeno como colonialidade dos dados, destacando a persistência de assimetrias informacionais.

Essa colonialidade se manifesta, por exemplo, em contextos humanitários. Squire e Alozie (2023) mostram que a coleta de dados frequentemente ocorre sem o devido reconhecimento das capacidades analíticas locais, evidenciando fricções entre produção de dados e soberania epistêmica. Mesmo quando os dados são formalmente abertos, seu uso efetivo depende de ferramentas, contratos e conhecimento técnico especializado. Leituras simplificadas costumam atribuir essas barreiras a uma suposta falta de qualificação do Sul. Valente e Grohmann (2024) argumentam que o desafio está, sobretudo, na fragilidade das condições institucionais que limitam a autonomia científica. Para os autores, refletir criticamente sobre os sentidos da ciência aberta, nesse contexto, é essencial para que ela não reproduza trocas assimétricas de dados e saberes entre o Sul e o Norte Global.

No campo da ciência de dados, problemáticas têm sido observadas, como a restrição progressiva de APIs por grandes plataformas digitais, dificultando a coleta de dados para fins científicos e comprometendo os princípios da ciência aberta. Bruns (2019) descreve esse processo como o início de um APIcalypse, marcado pela limitação deliberada do acesso a dados por parte das empresas, o que afeta diretamente a viabilidade da pesquisa empírica. Essas restrições são frequentemente acompanhadas por mudanças súbitas e opacas nas condições de uso, muitas vezes definidas por interesses comerciais e jurídicos (Davidson et al., 2023; Tromble, 2021). Mesmo APIs voltadas à pesquisa, como a do TikTok, apresentam inconsistências entre os dados acessíveis e os exibidos publicamente, além de alterações técnicas que ocorrem sem aviso prévio, comprometendo a replicabilidade e a transparência metodológica (Pearson et al., 2024). Como sintetizam Cordeiro et al. (2025), esses obstáculos afetam de forma mais aguda instituições com menor inserção em redes internacionais de pesquisa, especialmente em regiões sem marcos regulatórios robustos.

As assimetrias de infraestrutura e acesso a dados vinculam-se a uma questão mais profunda: a limitação da capacidade de produção de conhecimento situado, isto é, um conhecimento enraizado nas condições socioculturais, históricas e políticas de quem o produz (Haraway, 1988, 2022). Quando dados sobre determinadas

realidades são majoritariamente coletados, analisados e interpretados por instituições estrangeiras, reduzem-se as possibilidades de que pesquisadores locais formulem perguntas relevantes para seus contextos e desenvolvam abordagens sensíveis às suas especificidades. Alguns estudos têm descrito esse cenário como uma forma de atraso epistêmico, entendido como uma dependência estrutural que desloca a centralidade da produção intelectual e restringe a pluralidade de interpretações (Mizan & Ferraz, 2024). Esse distanciamento entre a origem dos dados e sua interpretação tende a empobrecer a diversidade epistemológica e a limitar os horizontes analíticos, mesmo na ausência de intencionalidade excludente por parte das instituições em posição dominante.

A crítica à ciência aberta não reside em sua proposta de compartilhamento, mas nas formas como sua implementação pode negligenciar desigualdades históricas de infraestrutura, financiamento e soberania tecnológica. Diferentes autores têm argumentado que, ao ignorar as assimetrias estruturais que marcam o Sul Global, práticas associadas à ciência aberta podem inadvertidamente perpetuar formas de injustiça epistêmica, entendida aqui como a exclusão ou subvalorização sistemática de comunidades enquanto produtoras legítimas de conhecimento (Fricker, 2007; Kaur et al., 2023; Pratt & De Vries, 2023).

Como enfatizam Dutta et al. (2021), promover a abertura sem compromissos claros com a justiça cognitiva pode reforçar dinâmicas coloniais no ecossistema científico global. Em vez de apenas ampliar o acesso a dados e publicações, é necessário revisar os critérios de legitimação do saber, promover ecologias epistêmicas plurais e fortalecer a agência de pesquisadores localizados em contextos historicamente marginalizados. Isso implica reconhecer que o conhecimento é situado e que a equidade no campo científico requer não apenas acesso, mas também participação ativa, reconhecimento e redistribuição de poder na produção e na interpretação dos saberes.

3. Barreiras técnicas e econômicas à participação científica

A ciência aberta não esbarra apenas em barreiras simbólicas ou epistemológicas; ela enfrenta também obstáculos concretos que definem quem pode produzir, publicar e utilizar conhecimento. O custo de publicação é um dos principais desafios na consolidação da ciência aberta. Embora os periódicos de acesso aberto eliminem barreiras para leitores, frequentemente transferem os custos para os autores por meio de taxas de processamento de artigos (*Article Processing Charges* - APCs), que podem ser elevadas. Para pesquisadores de países do Sul Global, tanto de baixa quanto de média renda, esses valores podem dificultar o acesso a revistas de ampla circulação, sobretudo em contextos com financiamento limitado (Borrego, 2023).

Em países de renda média, como o Brasil, a situação é particularmente complexa. Editoras aplicam isenções apenas a países classificados como de baixa renda, o que exclui nações que, apesar de contarem com maior produto interno bruto per capita,

não possuem programas estruturados de apoio à publicação (Borrego, 2023). No caso brasileiro, o valor médio de uma APC pode representar até dois meses de salário de um docente universitário, o que limita substancialmente a possibilidade de publicação em revistas de alto impacto (Nakamura et al., 2023).

Além disso, as políticas de isenção são frequentemente aplicadas de forma pouco transparente e nem sempre contemplam critérios que considerem desigualdades institucionais ou regionais. A experiência da Índia, que enfrenta restrições semelhantes e não se qualifica para a maioria das isenções, ilustra essa limitação (Borrego, 2023). Práticas como a concessão de descontos a revisores como contrapartida por seu trabalho editorial têm sido observadas em alguns periódicos, o que levanta preocupações quanto à equidade e à transparência nos processos de publicação.

Assim, embora o acesso aos artigos esteja cada vez mais democratizado, os meios para produzir e divulgar esse conhecimento permanecem concentrados em contextos com maior disponibilidade de recursos (Salluh et al., 2025).

As assimetrias de acesso a dados digitais tornam-se particularmente evidentes em campos como a comunicação digital e os estudos informacionais, nos quais a coleta de dados provenientes de plataformas, portais de notícias e mídias sociais tem se mostrado fundamental para investigações sobre fluxos informacionais, dinâmicas algorítmicas e práticas mediadas (Couldry & Mejias, 2019; Lehtiniemi & Ruckenstein, 2019). A inexistência de marcos legais que garantam o acesso institucionalizado a essas fontes, como os previstos na legislação europeia – a exemplo do Digital Services Act (Regulation (EU) 2022/2065) (União Europeia, 2022) –, tem sido apontada como um entrave à realização de pesquisas empíricas em contextos com menor capacidade regulatória (Bruns, 2019; Tromble, 2021).

Em resposta à indisponibilidade de APIs abertas e à opacidade dos termos de uso, muitos pesquisadores têm recorrido ao *web scraping* como alternativa técnica para coletar conteúdos acessíveis ao público (Luscombe et al., 2022). Embora essa estratégia seja adotada em diversos projetos de análise digital, ela envolve riscos éticos e operacionais amplamente discutidos, como a sobrecarga de servidores, violações contratuais e limitações de reprodutibilidade (Davidson et al., 2023; Lazer et al., 2020). Conforme discutido por Cordeiro et al. (2025), a ausência de padronização técnica e de canais institucionais para acesso a dados jornalísticos e de mídias sociais leva à adoção do *scraping* como solução de compromisso, o que demanda diretrizes metodológicas rigorosas, transparentes e sensíveis às implicações éticas.

Em contextos de desenvolvimento internacional, como observam Lynch et al. (2023), a extração e o uso de dados provenientes de populações do Sul têm ocorrido de modo recorrente sem a participação ativa de pesquisadores locais, contribuindo para deslocamentos epistêmicos e dificultando a apropriação crítica dos resultados pelas comunidades de origem.

4. Caminhos para uma ciência aberta justa e situada

Nesse cenário, propostas voltadas à construção de infraestruturas públicas, descentralizadas e territorializadas para a gestão de dados tornam-se ainda mais relevantes e assumem papel estratégico na disputa por autonomia epistêmica. Ghosh (2024) propõe a recuperação dos *commons* informacionais como forma de garantir não apenas o acesso, mas também a autonomia na produção e no uso do conhecimento por populações do Sul Global. García et al. (2023) defendem que a resistência à mercantilização do conhecimento na América Latina deve passar pelo fortalecimento de repositórios locais e de práticas colaborativas entre países do Sul. Essas iniciativas, quando aliadas a padrões técnicos abertos e à formação técnica continuada, podem contribuir para a construção de ecossistemas de ciência aberta baseados em equidade epistêmica (Bezuidenhout & Chakauya, 2018; Dutta et al., 2021; Hess & Ostrom, 2007).

Nesse sentido, modelos de governança participativa tornam-se não um apêndice, mas o núcleo de uma ciência aberta transformadora, articulando o direito ao conhecimento com princípios de soberania informacional e justiça cognitiva e respeitando saberes comunitários e epistemologias locais (Albagli et al., 2015).

Reconfigurar a ciência aberta em direção a um modelo mais inclusivo exige, portanto, deslocar o foco da simples disponibilização de dados para a construção de condições reais de acesso, apropriação e uso crítico da informação. A abertura formal de publicações e bases de dados é um passo importante, mas insuficiente diante das persistentes estruturas de exclusão. É preciso interrogar: quem pode acessar, interpretar e reutilizar esses recursos? Com quais ferramentas, sob quais condições e a serviço de quais agendas? Autores como Boyd (2023), Fricker (2007), Pratt e De Vries (2023) destacam que a injustiça epistêmica ocorre quando determinados grupos são sistematicamente impedidos de participar como sujeitos do conhecimento. Sengupta (2021) e Nakamura et al. (2023) reforçam que pesquisadores do Sul Global seguem sendo tratados como fornecedores de dados, mas não como produtores legítimos de teoria. A pergunta “ciência aberta pra quem?”, nesse contexto, não é apenas retórica; ela explicita as tensões entre o discurso da universalização e as dinâmicas assimétricas que ainda organizam o sistema científico global. Mais do que uma provocação, trata-se de um convite à revisão crítica e política dos fundamentos da ciência aberta.

Conclusão

Concluimos que a ciência aberta, embora proposta como instrumento democratizante, pode inadvertidamente acentuar assimetrias entre Norte e Sul Global. Evidências de colonialidade dos dados, barreiras econômicas e fragilidades institucionais revelam que a mera “abertura” formal, sem redistribuição de recursos e poder epistêmico, pode transformar-se em nova forma de extração cognitiva. A pergunta “Ciência aberta pra quem?” expõe essa tensão, tendo em vista que o acesso técnico, por si só, não basta para garantir equidade.

Para superar essas desigualdades, é necessário incorporar estratégias explícitas que fortaleçam a participação de contextos historicamente marginalizados. Entre elas, destacam-se a redistribuição ativa de recursos para capacitação e infraestrutura, a ampliação de uma governança multilateral que conecte polos científicos em condições de paridade, a descentralização de infraestruturas tecnológicas e informacionais para reduzir dependências estruturais e a potencialização da transferência de conhecimento de forma horizontal, reconhecendo a legitimidade de saberes diversos.

A realização plena do ideal da ciência aberta depende menos de universalismos abstratos e mais do reconhecimento radical das assimetrias persistentes, convertendo a abertura em um projeto de justiça epistêmica negociada, em que todas as regiões possam não apenas acessar, mas também interpretar, reutilizar e produzir conhecimento em condições equitativas.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.

CRedit – Contribuições dos Autores

Geovana José | Concetualização, Escrita, Metodologia – redação original

Rizia Rocha-Silva | Escrita – revisão e edição

Douglas Farias Cordeiro | Escrita – revisão e edição, Supervisão

Referências

Albagli, S., Maciel, M. L., & Abdo, A. H. (2015). Open Science, open issues. *Open Science, Open Issues*. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict); Unirio <http://livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1061>

Bezuidenhout, L., & Chakauya, E. (2018). Hidden concerns of sharing research data by low/middle-income country scientists. *Global Bioethics*, 29(1), 39–54. <https://doi.org/10.1080/11287462.2018.1441780>

Borrego, Á. (2023). Article processing charges for open access journal publishing: A review. *Learned Publishing*, 36(3), 359–378. <https://doi.org/10.1002/LEAP.1558>

Boyd, K. (2023). Global health justice: Epistemic theory and pandemic practice. *Journal of Medical Ethics*, 49(5), 303–304. <https://doi.org/10.1136/JME-2023-109151>

Bruns, A. (2019). After the ‘APIcalypse’: social media platforms and their fight against critical scholarly research. *Information Communication and Society*, 22(11), 1544–1566. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1637447>

Cordeiro, D., Lopezosa, C., & Guallar, J. (2025). A Methodological Framework for AI-Driven Textual Data Analysis in Digital Media. *Future Internet*, 17(2). <https://doi.org/10.3390/FI17020059>

Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). Data Colonialism: Rethinking Big Data’s Relation to the Contemporary Subject. *Television and New Media*, 20(4), 336–349. <https://doi.org/10.1177/1527476418796632>

- Davidson, B. I., Wischerath, D., Racek, D., Parry, D. A., Godwin, E., Hinds, J., van der Linden, D., Roscoe, J. F., Ayravainen, L., & Cork, A. G. (2023). Platform-controlled social media APIs threaten open science. *Nature Human Behaviour*, 7(12), 2054–2057. <https://doi.org/10.1038/s41562-023-01750-2>
- Dutta, M., Ramasubramanian, S., Barrett, M., Elers, C., Sarwatay, D., Raghunath, P., Kaur, S., Dutta, D., Jayan, P., Rahman, M., Tallam, E., Roy, S., Falnkar, A., Johnson, G. M., Mandal, I., Dutta, U., Basnyat, I., Soriano, C., Pavarala, V., ... & Zapata, D. (2021). Decolonizing Open Science: Southern Interventions. *Journal of Communication*, 71(5), 803–826. <https://doi.org/10.1093/JOC/JQAB027>
- Fecher, B., & Friesike, S. (2013). Open Science: One Term, Five Schools of Thought. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/SSRN.2272036>
- Fricker, M. (2007). *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/ACPROF:OSO/9780198237907.001.0001>
- García, A. B., López, E. A., & García, A. M. (2023). Perspectives of the Latin American Non-commercial Journal Publishing and South-South Collaboration before Commercial Business Models for Open Access. *Access: An International Journal of Nepal Library Association*, 2(01), 191–199. <https://doi.org/10.3126/ACCESS.V2I01.58993>
- Ghosh, A. (2024). Recovering Knowledge Commons for the Global South. *Journal of the Digital Humanities Association of Southern Africa (DHASA)*, 5(1), 1–8. <https://doi.org/10.55492/DHASA.V5I1.5011>
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575–599. <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Haraway, D. (2022). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. In Bolles, A. L., Gomberg-Muñoz, R., Perley, Bernard C., & Brondo, K. V. *Anthropological Theory: For the Twenty-First Century a Critical Approach* (pp. 236–240).
- Hess, C., & Ostrom, E. (2007). *Understanding Knowledge as a Commons - From Theory to Practice*. The Mit Press.
- Kaur, K., Grama, B., Roy Chaudhuri, N., & Recalde-Vela, M. J. (2023). Ethics and Epistemic Injustice in the Global South: A Response to Hopman's Human Rights Exceptionalism as Justification for Covert Research. *Journal of Human Rights Practice*, 15(2), 347–373. <https://doi.org/10.1093/JHUMAN/HUAD008>
- Lazer, D. M. J., Pentland, A., Watts, D. J., Aral, S., Athey, S., Contractor, N., Freelon, D., Gonzalez-Bailon, S., King, G., Margetts, H., Nelson, A., Salganik, M. J., Strohmaier, M., Vespignani, A., & Wagner, C. (2020). Computational social science: Obstacles and opportunities. *Science*, 369(6507), 1060–1062. <https://doi.org/10.1126/SCIENCE.AAZ8170>

- Lehtiniemi, T., & Ruckenstein, M. (2019). The social imaginaries of data activism. *Big Data and Society*, 6(1). <https://doi.org/10.1177/2053951718821146>
- Luscombe, A., Dick, K., & Walby, K. (2022). Algorithmic thinking in the public interest: navigating technical, legal, and ethical hurdles to web scraping in the social sciences. *Quality and Quantity*, 56(3), 1023–1044. <https://doi.org/10.1007/S11135-021-01164-0>
- Lynch, R., Young, J. C., Jowaisas, C., Sam, J., Boakye-Achampong, S., Garrido, M., & Rothschild, C. (2023). ‘The tears don’t give you funding’: data neocolonialism in development in the Global South. *Third World Quarterly*, 44(5), 911–929. <https://doi.org/10.1080/01436597.2023.2166482>
- Mizan, S. M., & Ferraz, D. (2024). Digital colonialism in language education: from the global North’s celebratory discourse to capitalist colonization of the global South. *Cadernos de Letras Da UFF*, 35(69), 188–209. <https://doi.org/10.22409/CADLETRASUFF.V35I69.63395>
- Nakamura, G., Soares, B. E., Pillar, V. D., Diniz-Filho, J. A. F., & Duarte, L. (2023). Author Correction: Three pathways to better recognize the expertise of Global South researchers. *Npj Biodiversity*, 2(1). <https://doi.org/10.1038/S44185-023-00025-3>
- Pearson, G. D. H., Silver, N. A., Robinson, J. Y., Azadi, M., Schillo, B. A., & Kreslake, J. M. (2024). Beyond the margin of error: a systematic and replicable audit of the TikTok research API. *Information, Communication & Society*, 28(3). <https://doi.org/10.1080/1369118X.2024.2420032>
- Pratt, B., & De Vries, J. (2023). Where is knowledge from the global South? An account of epistemic justice for a global bioethics. *Journal of Medical Ethics*, 49(5), 325–334. <https://doi.org/10.1136/JME-2022-108291>
- União Europeia. (2022). Regulation (EU) 2022/2065 of The European Parliament and of The Council of the 19 October 2022. *Official Journal of the European Union*. <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2022/2065/oj/eng?eliuri=eli%3Areg%3A2022%3A2065%3Aoj&locale=pt#>
- Salluh, J. I. F., Nassar, A. P., Jr., Estenssoro, E., González-Dambraskas, S., & Ferreira, J. C. (2025). Decolonise publishing to reduce inequalities in critical care. *The Lancet*, 405(10481), 780–781. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(25\)00131-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(25)00131-X)
- Sengupta, P. (2021). Open access publication: Academic colonialism or knowledge philanthropy? *Geoforum*, 118, 203–206. <https://doi.org/10.1016/J.GEOFORUM.2020.04.001>
- Squire, V., & Alozie, M. (2023). Coloniality and frictions: Data-driven humanitarianism in North-Eastern Nigeria and South Sudan. *Big Data & Society*, 10(1). <https://doi.org/10.1177/20539517231163171>
- Tromble, R. (2021). Where Have All the Data Gone? A Critical Reflection on Academic Digital Research in the Post-API Age. *Social Media + Society*, 7(1). <https://doi.org/10.1177/2056305121988929>

Unesco. (2021). *Unesco Recommendation on Open Science*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. <https://doi.org/10.54677/MNMFH8546>

Valente, J. C. L., & Grohmann, R. (2024). Critical data studies with Latin America: Theorizing beyond data colonialism. *Big Data & Society*, 11(1). <https://doi.org/10.1177/20539517241227875>